



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 28 de agosto de 2025

<b>Bolsas</b> Na quarta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na quarta-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b> Comercial, venda na quarta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
1,04% São Paulo	137.968	R\$ 5,417 (- 0,32%)	R\$ 1.518	R\$ 6,303	14,90%	14,91%	Marco/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 julho/2025 0,26
0,32% Nova York	139.205	Últimos					
	22/8 25/8 26/8 27/8	21/agosto 5,479 22/agosto 5,425 25/agosto 5,414 26/agosto 5,434					

## MERCADO DE TRABALHO

# Gilmar Mendes: “CLT era uma vaca sagrada”

Em evento promovido pelo Lide, o ministro defendeu a flexibilização das relações de trabalho e disse que o modelo atual não corresponde à realidade. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, reagiu afirmando que a pejetização é uma “fraude”

» FERNANDA STRICKLAND  
» ROSANA HESSEL

Evandro Macedo/Lide



Em sua palestra, Gilmar Mendes defendeu que é preciso assegurar coerência institucional diante de fenômenos como terceirização

Brasil e o mundo vivem uma “revolução silenciosa” nas relações de trabalho, impulsionada pela tecnologia, pela globalização e pela mudança no perfil dos trabalhadores. Esse foi o pano de fundo do seminário promovido pelo Lide - Grupo de Líderes Empresariais, ontem, em Brasília. O evento reuniu ministros, empresários e representantes do setor produtivo para debater o futuro do trabalho e da economia nacional.

O encontro ocorreu em uma data simbólica: os 82 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Um dos pontos mais sensíveis discutidos foi a chamada pejetização, termo usado para designar a contratação de profissionais como pessoa jurídica em vez do regime celetista. O tema está diretamente ligado ao Recurso Extraordinário 1.532.603, em análise no Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro Gilmar Mendes — também presente ao seminário.

Em sua palestra, Gilmar Mendes comentou que a CLT foi, por muito tempo, tratada como intocável no país. Ele defendeu a revisão dos modelos ultrapassados de regulação. “A CLT, de alguma forma, se tornou um pouco de vaca sagrada, que não poderia mexer”, disse o ministro decano do STF. A realidade atual, segundo ele, impõe mudanças e exige que o sistema jurídico dê segurança tanto a trabalhadores quanto a empresas, acompanhando a evolução das formas de trabalho e evitando a insegurança econômica.

O magistrado reforçou que o julgamento não busca extinguir modelos de contratação, mas fixar parâmetros jurídicos. “Não se trata de escolher entre um modelo formal ou informal, mas entre um modelo com trabalho e outro

sem trabalho”, declarou, defendendo flexibilidade regulatória, requalificação profissional e investimentos em educação.

O ex-governador João Doria, criador do Lide, também fez defesa enfática da prática. “É um erro grave querer eliminar a pejetização. Isso é uma visão sindicalista retrógrada. Nada contra os sindicatos ou os trabalhadores celetistas, mas acabar com essa possibilidade é dar um passo perigoso rumo ao passado”, afirmou, elogiando o papel do STF em manter diálogo

com o setor produtivo.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, chamou a atenção para a falta de clareza conceitual nos debates trabalhistas, sobretudo em relação a novas formas de ocupação, como o trabalho por plataformas digitais. “É preciso que nós saibamos do que estamos falando. Sem um consenso conceitual, aumenta-se o risco de disputas judiciais e de insegurança para trabalhadores e empresas”, disse, recorrendo a uma metáfora de *Alice Através do Espelho*, de Lewis

Carroll, para criticar a elasticidade de definições jurídicas. Gonet defendeu maior precisão na diferenciação entre “trabalho autônomo”, “prestador de serviço” e “vínculo empregatício” para evitar legislar “no escuro”.

### Reação

Mais tarde, durante entrevista na qual detalhou os números da geração de emprego no país, o ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho rebateu as críticas feitas

por Gilmar Mendes à CLT e saiu em defesa da formalização do emprego. Para ele, a pejetização “é uma fraude trabalhista” e um “crime contra a ordem econômica do país”.

“Não ouvi os comentários do ministro Gilmar Mendes. Mas há muitos equívocos sendo cometidos pelo Judiciário, em particular, pelo Supremo Tribunal Federal, em relação à legislação trabalhista, em relação à pejetização”, afirmou afirmou Marinho. “Nós estamos inteiramente à disposição para dialogar e encontrar maneiras

inteligentes, e temos, mas não encaminhar um processo de pejetização. Isso é fraude trabalhista”, acrescentou.

Marinho reconheceu que é preciso olhar o mercado de trabalho e compreender a necessidade de eventuais ajustes. “Isso é uma coisa. Mas caminhar para a pejetização é um desastre. Se o STF bancar um processo amplo de pejetização, é um crime contra a ordem econômica do país”, afirmou.

De acordo com o ministro, a pejetização do mercado de trabalho compromete a arrecadação da Previdência Social, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que são fomentados por meio da CLT. “Isso vai comprometer severamente a Previdência Social, vai comprometer severamente o Fundo de Garantia, o FAT, e, portanto, o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Sistema S, porque tudo isso é alimentado pela folha de pagamento, via CLT”, frisou.

“Espero que o Supremo não venha respaldar a fraude trabalhista, enfraquecer a Previdência, enfraquecer o FGTS, que tem um papel importante de proteção dos trabalhadores, de financiamento de infraestrutura, do Minha Casa Minha Vida”, afirmou Marinho.

O titular do MTE ressaltou que o FAT, tem a tarefa de abastecer o BNDES, que está desempenhando um papel importante no financiamento do processo de reindustrialização, da nova indústria nacional, da indústria verde, voltado para a descarbonização. “Enfim, há um conjunto de questões aqui financiadas com recursos que vem das folhas de pagamento, portanto, do sistema CLT. E você tem o sistema S, tão elogiado por todo mundo, que também vai junto nessa enxurrada. É isso que nós queremos?”, questionou.

## Número de novas vagas com carteira assinada soma 129 mil

Em julho, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) registrou a criação de 129.775 postos com carteira assinada, quantidade 20% inferior ao dado ajustado de junho, de 162.388 novos cargos formais, conforme consta do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado ontem pela pasta.

O saldo de novas vagas é resultado da diferença entre admissões e desligamentos que somaram 2.251.440 e 2.121.665, respectivamente, no mês passado. O dado ficou abaixo das estimativas do mercado, entre 130 mil e 138 mil. No acumulado do ano, foram criados 1,348 milhão de empregos formais, 10,3% abaixo da soma de 1,503 milhão registrada no mesmo período de 2024. A soma móvel de 12 meses atingiu 1,524 milhão de vagas em julho, contra 1,586 milhão na leitura anterior.

Ao comentar a desaceleração na criação de vagas no mercado de trabalho, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, reconheceu que o ritmo de criação de vagas vem diminuindo desde abril,

quando o saldo foi de 237.699. Ele culpou a política monetária do Banco Central, que sinalizou que deverá manter a taxa básica da economia (Selic) em 15% ao ano por um período “bastante prolongado”. Para o titular do MTE, os juros elevados são um problema maior do que o tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aplicado contra os produtos brasileiros.

“Como o ministro Fernando Haddad (da Fazenda), eu peço todo santo dia para o BC baixar os juros. Eu acho que esse é o principal problema, maior do que o tarifaço”, afirmou Marinho. “É evidente que nós estamos trabalhando com toda a determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em alguns caminhos. Um caminho é abrir novos mercados”, acrescentou.

Na apresentação dos dados do Caged, Marinho destacou as iniciativas do governo para buscar novos mercados para minimizar os impactos do tarifaço dos EUA, como a viagem do vice-presidente Geraldo Alckmin ao México, nesta semana, acompanhado de

Divulgação/MTE



O ministro Luiz Marinho divulgou os números do Caged de julho

várias autoridades do governo e de 200 empresários. Segundo ele, apesar de a pasta estar aberta para dialogar com os setores que necessitarem de eventual ajuste de mão de obra no mercado, como postergar contribuição do

Fundo de Garantia e da Previdência Social, redução de jornada, férias coletivas, até o momento, não houve demanda. “Na verdade, nenhuma formalização ainda foi pedida ao Ministério do Trabalho e Emprego”, disse.

### Resiliência

Apesar da desaceleração na geração de emprego, o saldo positivo no mercado de trabalho formal confirma a resiliência da formalização, especialmente no setor de serviços, que é o que mais emprega no país, de acordo com especialistas. A taxa de desemprego do país no segundo trimestre de 2025 ficou em 5,8%, o menor percentual da série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados na semana passada.

“O mercado de trabalho segue como pilar da demanda doméstica. Os baixos níveis da taxa de desemprego — nossa projeção de 6,0% para o final de 2025 tem viés de baixa — e o avanço contínuo dos salários reais devem persistir nos próximos trimestres, em nossa visão”, destacou o economista Rodolfo Margato, da XP Investimentos.

No acumulado do ano, o setor de serviços segue sendo o principal responsável pelos empregos

formais no país, respondendo por 688,5 mil vagas criadas no ano. A indústria geral respondeu pelo segundo maior saldo de postos criados, de 255,4 mil e, em terceiro lugar, a construção com 177,3 mil vagas. Comércio e agropecuária foram responsáveis por 119,3 mil e 109,2 mil novos cargos, respectivamente.

Conforme os dados do Caged, o estoque de trabalhadores empregados com carteira assinada somou 48.544.64, em julho, novo recorde. Contudo, o salário médio de admissão recuou 0,24% entre junho e julho, passando de R\$ 2.283,15 para R\$ 2.277,51.

Pelas projeções da XP, o saldo de empregos formais deve desacelerar levemente a curto prazo em meio ao cenário de política monetária mais restritiva. Ele prevê que o ritmo médio de geração de vagas formais deve recuar de 155 mil, no primeiro semestre de 2025, para 90 mil, na segunda metade do ano. A instituição projeta a criação líquida de 1,48 milhão de empregos formais até o fim do ano, após 1,68 milhão em 2024 — queda de 10,8%. (RH)